



**PARECER PRÉVIO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12336/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Renê Coimbra (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Diego Américo Costa Silva - OAB/AM 5.819.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 462/2019, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Renê Coimbra**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88, art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I e 29, da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 3º da Resolução TCE nº 09/1997.

- 11- **Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 3 de Julho de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12336/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Renê Coimbra (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Diego Américo Costa Silva - OAB/AM 5.819.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 462/2019, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Renê Coimbra**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo atraso no encaminhamento do RGF do 3º quadrimestre de 2014, nos termos do art. 54, da LRF c/c art. 308, I, "c", do Regimento Interno do TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



**ACÓRDÃO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo atraso no encaminhamento do RREO dos seis bimestres de 2012, nos termos do art. 165, §3º, da Constituição Federal de 1988 c/c art. 308, I, "b", do Regimento Interno do TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário citados no Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do



**ACÓRDÃO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados no Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.6. Considerar em Alcance o Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$ 105.102,22** (cento e cinco mil e cento e dois reais e vinte e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, nos termos do art. 304, do Regimento Interno do TCE/AM, em função das glosas especificadas no Relatório Conclusivo nº 52/2017-DICAMI, às fls. 4.221/4.268 (**R\$ 45.102,22** - quarenta e cinco mil e cento e dois reais e vinte e dois centavos), e em face às restrições do Relatório Conclusivo nº 019/2017-DICOP, às fls. 4.127/4.170, (**R\$60.000,00** - sessenta mil reais).

**10.7. Recomendar à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira:**

**10.7.1.** Que seja determinado à Administração o levantamento geral dos bens para sua recuperação e destinação dos bens inservíveis com exclusão dos bens patrimoniais, bem como a devida responsabilização a quem deu causa ao longo dos anos pelo ato desidioso;

**10.7.2.** Abstenha-se de licitar obras e serviços de engenharia sem os projetos completos acompanhados dos seus memoriais descritivos e especificações técnicas em observância ao disposto no Art. 6º, IX, "e" c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93 e do item 4 da Resolução nº 27/2012 do TCE-AM;

**10.7.3.** Inclua o Orçamento Sintético e o Orçamento Analítico com as respectivas Composições de Custos Unitários nos anexos dos editais da licitação (Projeto Básico) e nas propostas das licitantes e conter no mínimo:

**10.7.3.1.** discriminação de cada insumo, unidade de medida, sua produtividade/consumo na realização do serviço, preço unitário e custo parcial;

**10.7.3.2.** custo unitário total do serviço, representado pela soma dos custos parciais de cada insumo;



**ACÓRDÃO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.7.3.3.** fontes de consulta, no caso de utilização de composições de custos de entidades especializadas, as quais devem ser explicitadas em conformidade com os art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93 - Súmula n.º 258/TCU;

**10.7.3.4.** Insira o cronograma físico-financeiro e o detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI nos anexos dos editais da licitação (Projeto Básico) e nas propostas das licitantes em conformidade com o disposto nos art. 6º, IX, “e” “f” c/c art. 7º, § 2º, II e III da lei 8666/93 e na Súmula n.º 258/TCU;

**10.7.3.5.** Atente para incluir nos documentos que compõem o processo administrativo que serve de base para o procedimento licitatório a proposta ou justificativa apresentada pelos interessados evidenciando a necessidade da obra, conforme prevê o caput do Art. 38º da Lei de Licitações;

**10.7.3.6.** Atente para exigir que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem e recolham os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006;

**10.7.3.7.** Nos seus processos licitatórios, quando da qualificação técnica, inabilite imediatamente aquelas empresas que descumprirem as regras editalícias do certame quanto à apresentação de documentos relacionados à habilitação técnica operacional e profissional, ou, ainda, aquela que apresentar documentos em desacordo com as exigências do referido edital, em consonância com o Art. 30 II da Lei 8666/93;

**10.7.3.8.** Retire a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos responsáveis técnicos pela elaboração do Projeto Básico e/ou Orçamento, assim como pelo responsável técnico pela Execução e Fiscalização da Obra ou Serviço em conformidade com o que preconiza os arts. 1º e 2º da Lei Federal N.º 6.496 de 07/12/1977 c/c os arts. 1º e 2º da Resolução N.º 425/98 de 18/12/1998 do CONFEA e Súmula N.º 260-TCU;

**10.7.3.9.** Inclua nos instrumentos contratuais o prazo de execução do contrato, de acordo com o art. 57º § 3º da Lei 8666/93;

**10.7.3.10.** Inclua na pasta da obra, cópia do Diário de Obras em conformidade com o art. 67, § 1º da Lei 8666/93 c/c Art. 2, inciso II, alínea i da Resolução Normativa n.º 27/2012 do TCE/AM;

**10.7.3.11.** Evite o pagamento antecipado de serviços que não foram, a fim de evitar o faturamento indevido destes itens e possíveis lesões ao erário;

**10.7.3.12.** Emita a cada medição de obras e serviços de engenharia os Laudos de Vistoria emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra/serviço atestando a





**ACÓRDÃO Nº 26/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

execução dos serviços de cada medição em concordância com o art. 67, § 1º da Lei 8666/93;

**10.7.3.13.** Providencie, quando da formalização de alterações de contratos, a motivação por escrito e pareceres técnicos circunstanciados das causas que ensejaram no aditivo contratual, acompanhados de nova planilha orçamentária, devidamente autuados no processo de acordo com o Art. 65º da Lei Nº 8.666/1993;

**10.7.3.14.** Ao final de cada obra emita o Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, dependendo de cada caso, de acordo com o art. 73, I, "a" e "b" da Lei 8666/93.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Julho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral